

República Democrática



de São Tomé e Príncipe

## RELATÓRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO DAS MAURÍCIAS



S.TOMÉ, NOVEMBRO DE 2009

## **SIGLAS E ABREVIATURAS**

MSI – Estratégia de Implementação das Maurícias

SIDS – Pequenos Estados Insulares em Vias de Desenvolvimento

NSDS – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentado

UNGA – Assembleia-geral das Nações Unidas

RAN – Relatório de Avaliação Nacional

PNADD – Plano Nacional de Ambiente para o Desenvolvimento Durável

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNUA - Programa das Nações Unidas para o Ambiente

# ÍNDICE

Sumário Executivo.....	4
RELATÓRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO DAS MAURÍCIAS.....	5
INTRODUÇÃO.....	5
ANTECEDENTES .....	5
Metodologia Utilizada para a Elaboração do Relatório .....	6
Características Físico Geográficas.....	6
População .....	7
Situação Política .....	7
Características Socioeconómicas.....	8
Educação .....	8
Saúde .....	8
Economia.....	9
Situação Macroeconómica .....	10
Sector Real.....	10
Sector Externo .....	10
AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE MAURÍCIAS PARA AS DEZ ÁREAS TEMÁTICAS SELECIONADAS.....	11
VI.1. Áreas Temáticas Seleccionadas para Avaliação .....	11
VI.2. Diagnóstico da Situação, Acções Programadas, Progressos Alcançados, Lições Tiradas e Boas Práticas, Constrangimentos e Desafios .....	11
A. Mudanças Climáticas e Elevação do Nível do Mar .....	11
A.1. Situação.....	11
Acções Programadas .....	12
A.2. Progressos Alcançados .....	12
A.3. Lições Tiradas e Boas Práticas.....	13
A.4. Constrangimentos .....	13
A.5. Desafios.....	13
B. Desastres Naturais e Ambientais.....	14
B.1. Situação .....	14
Acções Programadas .....	14
B.2. Progressos Alcançados.....	15
B.3. Lições Tiradas e Boas Práticas .....	15
B.4. Constrangimentos.....	15
B.5. Desafios .....	15
C. Gestão dos Resíduos .....	16
C.1. Situação .....	16
Acções Programadas .....	17
C.2. Progressos Alcançados.....	17
C.3. Lições Tiradas e Boas Práticas .....	17
C.4. Constrangimentos.....	18
C.5. Desafios .....	18
D. Recursos Costeiros e Marinhos .....	19
D.1. Situação.....	19
Acções Programadas .....	19
D.2. Progressos Alcançados .....	19
D.3. Lições Tiradas e Boas Práticas.....	20

D.4. Constrangimentos .....	20
D.5. Desafios.....	20
E. Recursos Hídricos .....	21
E.1. Situação .....	21
Acções Programadas .....	21
E.2. Progressos Alcançados.....	21
E.3. Lições Tiradas e Boas Práticas .....	22
E.4. Constrangimentos e Desafios .....	22
E.5. Desafios .....	22
F. Recursos Terrestres.....	22
F.1. Situação .....	22
Acções Programadas .....	22
F.2. Progressos Alcançados .....	23
F.3. Lições Tiradas e Boas Práticas .....	23
F.4. Constrangimentos .....	23
F.5. Desafios .....	23
G. Recursos Energéticos.....	24
G.1. Situação.....	24
Acções Programadas .....	25
G.2. Acções Concretas e Progressos Alcançados .....	25
G.3. Lições Tiradas e Boas Práticas.....	25
G.4. Constrangimentos .....	25
G.5. Desafios.....	26
H. Recursos Turísticos .....	26
H.1. Situação.....	26
Acções Programadas .....	26
H.2. Acções Concretas e Progressos Alcançados.....	26
H.3. Lições Tiradas e Boas Práticas.....	26
H.4. Constrangimentos .....	27
H.5. Desafios.....	27
I. Recursos de Biodiversidade .....	27
I.1. Situação .....	27
I.2. Acções Concretas e Progressos Alcançados .....	28
I.3. Lições Tiradas e Boas Práticas .....	28
I.4. Constrangimentos e Desafios .....	29
I.5. Desafios .....	29
J. Transportes e Comunicação.....	29
J.1. Situação .....	29
Acções programadas.....	30
J.2. Acções Concretas e Progressos Alcançados .....	30
J.3. Lições Tiradas e Boas Práticas .....	30
J.4. Constrangimentos.....	31
J.5. Desafios.....	31
VII. Medidas de Políticas para abordar as Crises Financeira Internacional.....	31
Desafios para Lidar com a Situação.....	32
Conclusão.....	32
IX. Recomendações .....	33
Bibliografia .....	33

## SUMÁRIO EXECUTIVO

O Relatório de Avaliação da Estratégia de Implementação de Maurícias, MSI, foi elaborado com base nas orientações traçadas no documento denominado Linhas de Forças para Elaboração do Relatório de Avaliação Nacional e nas Orientações Propostas para os Relatórios de Avaliação Nacional. Para analisar cada uma das áreas temáticas procedeu-se à análise do documento da Estratégia de Implementação das Maurícias, do Plano Nacional de Ambiente para o Desenvolvimento Durável (PNADD), e do Relatório Anual de Seguimento da Implementação da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza. Também foram estabelecidos contactos directos com os diferentes sectores que lidam com as referidas áreas temáticas, de modo a se conhecer o nível de implementação das acções propostas, os constrangimentos e os desafios existentes.

Pode considerar-se que houve algum sucesso na implementação das acções prioritárias nalgumas áreas temáticas, nomeadamente, nos domínios das Mudanças Climáticas, Resíduos, Turismo e Biodiversidade. Mas houve áreas, como por exemplo a de Energia, onde se pode considerar que houve retrocesso, pois a situação piorou durante os cinco anos que passaram depois das Maurícias.

No que concerne aos domínios de Desastres Naturais e Ambientais, Recursos Marinhos e Costeiros, Recursos Terrestres e Transportes, algumas acções estão em curso, e espera-se obter algum resultado positivo nos próximos tempos.

Vários Constrangimentos foram identificados, destacando-se a falta de recursos financeiros para a implementação das acções propostas.

Um aspecto positivo verificado na avaliação, foi a forte consciência das autoridades nacionais da existência dos problemas, e a vontade manifestada de contribuir para a resolução dos mesmos. Esta é a prova, de que as acções de Informação, Educação, e Sensibilização da população em geral e das autoridades nacionais em particular, levadas a cabo, com o apoio do PNUD, e dos órgãos de comunicação nacional, tiveram um resultado positivo. Necessário se torna dar continuidade a este tipo de actividade.

# **RELATÓRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO DAS MAURÍCIAS**

## **I. INTRODUÇÃO**

A resolução nº 63/213 do mês de Fevereiro do ano 2009, da Assembleia Geral das Nações Unidas, relacionada com o Seguimento e Implementação da Estratégia das Ilhas Maurícias, para a Implementação do Programa de Acção para o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID), reafirmou a sua decisão no sentido de fazer a Revisão dos Progressos feitos em resposta às vulnerabilidades dos PEID, através da execução da Estratégia de Implementação das Ilhas Maurícias na Sexagésima quinta Sessão da Assembleia Geral.

A Resolução enfatizou, que a revisão devia ser providenciada à Comunidade Internacional, como uma oportunidade de conduta, numa avaliação de Progressos Feitos, Lições Tiradas e Constrangimentos Deparados na Implementação da Estratégia das Ilhas Maurícias (MSI), e concorda com o que deve ser feito para abordar vulnerabilidades futuras dos Pequenos Estados Insulares em vias de Desenvolvimento.

No entanto, ficou também patente de que a implementação da Estratégia das Maurícias, é no final de contas manifestado também, através das Estratégias Nacionais de Desenvolvimento Sustentável (NSDS), ou equivalente. Neste sentido, o presente relatório deverá fornecer também as informações sobre os constrangimentos que restringiram o desenvolvimento com êxito da implementação do NSDS ou equivalente.

## **II. ANTECEDENTES**

S.Tomé e Príncipe tomou parte activa, na Conferência Internacional dos Pequenos Estados Insulares, que teve lugar na cidade de Bridgetown, capital da República dos Barbados, entre os dias 25 de Abril e 6 de Maio de 1994, onde foi adoptado o Programa de Acção para o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento.

O país não apresentou nenhum relatório nacional para a Conferência de Barbados, já que, dois anos atrás, isto é, em 1992, tinha apresentado na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento que teve lugar na cidade de Rio de Janeiro, um relatório onde constava todo o diagnóstico da situação ambiental nacional assim como um plano de acção bastante detalhado, que ainda não tinha sido implementado. Neste sentido, a representação santomense em Barbados, apenas voltou a afirmar a vigência do relatório do Rio, e o engajamento do país na implementação do Programa de Acção de Barbados, já que muitos aspectos abordados no programa de acção de Barbados também constavam no relatório nacional apresentado no Rio.

Dez anos depois de Barbados, isto é, em Janeiro de 2005, os Pequenos Estados Insulares em vias de Desenvolvimento, voltaram a reunir-se, desta vez, na cidade de Port Louis, capital da República das Maurícias, para aprovar a Estratégia de Maurícias para a Implementação do Programa de Acção para o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Países Insulares em Desenvolvimento, (MSI).

A Estratégia de Maurícias, que tem um período de vigência para dez anos, isto é, até 2015, constitui um documento exclusivamente direccionado para os problemas globais que afectam os Pequenos Estados Insulares em vias de Desenvolvimento.

Tendo S.Tomé e Príncipe elaborado o seu Plano Nacional de Ambiente para o Desenvolvimento Durável, (PNADD), que continha oito programas prioritários no âmbito de ambiente e desenvolvimento, o país voltou a afirmar em Maurícias, o seu empenho na materialização das acções contidas no Programa de acção de Barbados que iria ser revisto em Maurícias, BPOA+10, juntamente com as acções contidas no PNADD. No entanto, este conjunto de acções deveria ser implementado em estreita harmonia com o Programa elaborado pela Organização das Nações Unidas, que tinha como objectivo eliminar a pobreza até ao ano 2015, isto é, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio que também tinham sido assumidos como prioritários pelas autoridades nacionais.

Conforme se pode observar, tanto as acções contidas na Estratégia de Implementação das Maurícias, MSI, como no Plano Nacional de Ambiente para o Desenvolvimento Durável de S.Tomé e Príncipe, PNADD, encaixam-se dentro dos objectivos do Milénio para o Desenvolvimento, pelo que, a materialização de forma harmoniosa do conjunto de acções contidas nos diferentes programas conduziria a cumprir os objectivos traçados no Objectivo do Milénio para o Desenvolvimento, isto é, Eliminar a Pobreza até 2015.

### **Metodologia Utilizada para a Elaboração do Relatório**

Para a elaboração do presente relatório seguiu-se as orientações contidas tanto no Termo de Referência elaborado para o efeito, assim como no documento denominado Linhas de Forças para Elaboração do Relatório de Avaliação Nacional e nas Orientações Propostas para os Relatórios de Avaliação Nacional. Procedeu-se à análise do documento da Estratégia de Implementação das Maurícias MSI, do Plano Nacional de Ambiente para o Desenvolvimento Durável PNADD, e do Relatório Anual de Seguimento da Implementação da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza. Contactos directos foram estabelecidos com os diferentes sectores que lidam com as dez áreas temáticas identificadas no BPOA e MSI, no sentido de se conhecer o nível de implementação das acções propostas, os constrangimentos e os desafios existentes.

Conforme a recomendação do documento de Orientações Propostas para os Relatórios de Avaliação Nacional, os países como S.Tomé e Príncipe que não apresentaram relatórios de avaliações nacionais durante o processo preparatório da Reunião de Maurícias, deve apresentar no presente relatório, uma secção introdutória, com informações sobre as características socioeconómicas do país, assim como políticas adoptadas para abordar a actual crise económica e financeira mundial.

### **III. Características Físicas e Geográficas**

S.Tomé e Príncipe é um pequeno Estado Insular situado na costa ocidental do continente Africano, no Golfo da Guiné, e é composto por duas ilhas, e vários pequenos ilhéus.



O país possui uma superfície total de 1.001 km<sup>2</sup> dos quais, 859 km<sup>2</sup> para a ilha de São Tomé e 142 km<sup>2</sup> para a ilha de Príncipe, e distam da costa africana, de cerca de 300 km. Estão localizadas entre os 1°44' N e 0°01' S de Latitude e à 7°28' E e 6°28' S de Longitude.

As ilhas possuem um relevo bastante acidentado, sendo o ponto mais alto o Pico de São Tomé, com uma altitude de 2.024 m. Do ponto de vista geológico, as ilhas apresentam rochas do tipo basáltico como resultado da actividade vulcânica (há 3 milhões de anos).

O clima é tropical húmido, um pouco modificado pela insularidade com temperaturas anuais que oscilam entre os 25°C e 27°C. A temperatura é mais elevada de Setembro a Abril, período da estação das chuvas, e mais baixa de Julho a Setembro, período da estação seca.

A pluviosidade média anual é de 2.000 mm, podendo atingir 7.000 mm nas florestas de nevoeiro. A pluviometria é muito variável, passando de 1.000 mm nas terras baixas do nordeste para mais de 7.000 mm na parte sudoeste de São Tomé, enquanto na ilha do Príncipe, ela varia de 1.700 a 7.000 mm.

A humidade do ar é muito elevada, podendo atingir em alta altitude (Lagoa Amélia) a média de 92% durante quase todo o ano. Em baixa altitude, é menos elevada variando entre os 70 e 80% ao longo do ano.

Do ponto de vista pedológico, os solos das ilhas são principalmente de origem basáltica e apresentam, de uma forma geral, uma boa fertilidade. Existem cerca de oito tipos diferentes de solos, que vão desde, paraferalíticos, fersialíticos, aluviosolos, barros pretos etc.

As zonas agrícolas são aquelas onde os solos estão formados de aluviões e de colúções. A presença da vegetação (cerca de 90% do país) tem uma influência sobre a diminuição das taxas de erosão dos solos, devido à diminuição das velocidades de escoamento e aumento da infiltração.

## **População**

Segundo os dados do recenseamento de população e habitação realizada no ano de 2001, a população de São Tomé e Príncipe era de 137.599 habitantes, dos quais 5.599 viviam na ilha de Príncipe. A densidade média é de 137 habitantes por km<sup>2</sup>. A taxa de crescimento demográfico era de 1,6% em 2001.

A repartição da população por sexo mostra uma tendência para o equilíbrio, com uma população masculina de 49,5% e feminina de 50,5%. A pirâmide de idades mostra uma população relativamente jovem com uma esperança de vida à nascença, estimada em cerca de 63,9 anos em 2001.

A população urbana é dominante em São Tomé e Príncipe com 54,5% em 2001. A população activa representa a metade da população total (53,7%) e as suas actividades principais são a agricultura e a pesca.



## **Situação Política**

Antiga colônia portuguesa, a República Democrática de São Tomé e Príncipe (RDSTP), tornou-se independente em 12 de Julho de 1975. Desde a sua ascensão à independência, o país conheceu dois tipos de regimes políticos: o monopartidário de 1975 a 1990 e multipartidário (democrático) de 1990 aos nossos dias. A Constituição de 10 de Setembro de 1990 consagrou o nascimento da segunda República com o sistema semi-presidencialista (pluralista e multipartidário).

O principal órgão consultivo do Governo é o Conselho de Concertação Social, composto por representantes do Estado, da Sociedade Civil e do Sector Privado. A sociedade civil através das ONGs, sindicatos, organizações profissionais, a imprensa e as autoridades religiosas desempenha um papel de charneira entre o Estado e os cidadãos.

A Lei n.º 5/80 relativa à divisão territorial e administrativa divide o território nacional em sete (7) unidades territoriais designadas por distritos. A ilha de São Tomé, a maior e a mais povoada subdivide-se em seis distritos, e ilha de Príncipe, constitui uma região autónoma, e é dirigida por um Governo Regional.

## **IV. Características Socioeconómicas**

### **Educação**

No que diz respeito ao nível médio de educação da população, os resultados do recenseamento de 2001 mostraram que 38,3% são do nível de ensino primário, 23,8% do nível secundário básico, 6,1% do nível pré-universitário e 0,7% do nível superior.

No entanto, segundo os dados obtidos do segundo Relatório Nacional de Seguimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, o sistema educativo tem conhecido uma certa melhoria na sua performance, já que a taxa de escolarização tem vindo a conhecer uma grande melhoria, assim como a performance do sistema educativo em geral. Apesar disso, resta ainda um grande caminho a percorrer, sobretudo no que concerne à qualidade do ensino.

A frequência escolar é elevada. A taxa bruta de escolarização da 1ª à 6ª classe foi de 136,1% e a taxa líquida de escolarização da 1ª à 6ª classe, foi de 84,1% no ano lectivo 2006/2007. A taxa de alfabetização de adultos foi de 84,4%.

### **Saúde**

Segundo ainda o relatório acima citado, no domínio de saúde pública, os níveis de prestação de saúde à população, conheceram uma melhoria notória como consequência dos sucessos obtidos na luta contra o paludismo e dos progressos alcançados com o Programa de Saúde Sexual e na luta contra o VIH/Sida.

Cerca de 74% dos agregados familiares têm acesso aos serviços de saúde perto das suas áreas de residência, apesar de se constatar ainda uma certa disparidade entre as zonas urbanas e rurais, que apresentam uma taxa de acesso de 87 e 59% respectivamente.

O paludismo, que num passado recente era a primeira causa de morte infantil, conheceu uma redução bastante drástica. A taxa de mortalidade infantil passou de 60,8 mortes por mil em 2002, para 43 mortes por mil nados vivos em 2006. A taxa de mortalidade infanto-juvenil caiu de 101 para 52 mortes por mil nados vivos, durante o mesmo período. A taxa de mortalidade materna continua ainda bastante elevada, apresentando uma taxa de 75,5 mortes por cem mil nados vivos em 2006. O VIH/Sida apresenta actualmente uma taxa de prevalência de 1.5%.



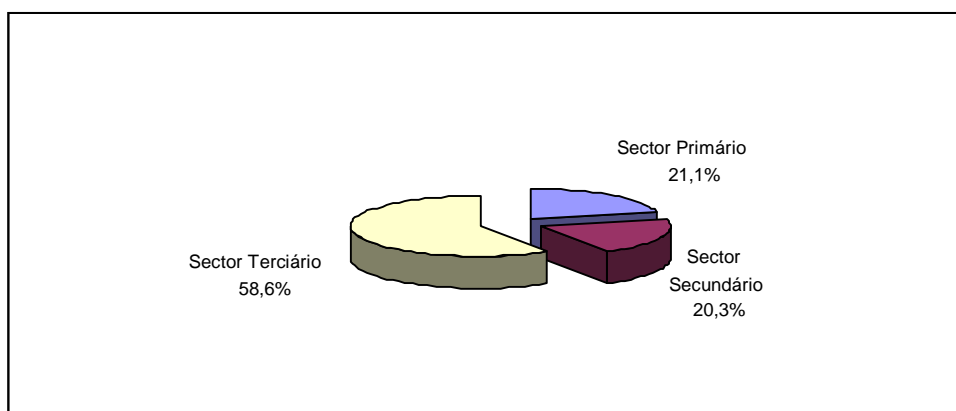
## Economia

A economia de São Tomé e Príncipe é baseada, essencialmente no sector primário que é dominado pela agricultura. É uma agricultura frágil e desequilibrada, com mais de 90% das receitas de exportação provenientes da monocultura do cacau.

No sector secundário, a actividade limita-se principalmente à indústria agro-alimentar, representada pelas empresas públicas ou mistas de primeira transformação (cervejaria, tratamento de peixe, produção de óleo de palma, blocos/tijolos, tipografia). Destacam-se ainda pequenas empresas privadas e de artesanato (padaria, produção de madeira serração e de mobiliário, sabão, artesanato decorativo).

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística, o sector terciário que compreende os transportes, o turismo e outros serviços sob todas as formas, contribui em média com cerca de 56,9% para a formação do PIB. De salientar que o país apresenta um potencial turístico considerável, ainda muito pouco explorado. Recentemente, o Governo adoptou algumas medidas nesse sentido, oferecendo novas facilidades de investimento no sector.

A percentagem desses três sectores no PIB nacional está indicada na figura abaixo



INE- Contribuição dos três sectores económicos para o PIB

## **V. Situação Macroeconómica**

### **Sector Real**

Segundo o Relatório Anual de Seguimento da Implementação da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, do Ministério do Plano e Finanças de S. Tomé e Príncipe, elaborado para o ano de 2008, o crescimento da economia do país, à semelhança dos anos anteriores, foi à volta dos 6%. Segundo o mesmo documento, este crescimento deveu-se muito ao investimento directo estrangeiro que tem sido o impulsionador da economia santomense.

Os sectores da economia que tiraram melhor partido com esta expansão foram os de construção, comércio, transportes, telecomunicações e serviços destacando-se o turismo. A inflação em 2008 foi elevada, tendo atingido no final do ano o valor de 24,8%.

### **Sector Externo**

O principal produto de exportação, o cacau, registou no ano de 2008, um aumento de produção, na ordem dos 20%. O cacau exportado constituiu 95,4% do total das exportações de bens, o que veio a contribuir para uma maior entrada de divisas no país. Sendo os pequenos agricultores, um dos principais produtores de cacau no país, este aumento de produção contribuiu para o aumento de rendimento dessas famílias.

A importação, como sempre, esteve direccionada fundamentalmente para géneros alimentícios e combustíveis, tendo representado 27,6% e 24,2% respectivamente. Os materiais de construção constituíram 9,1% de importação, os equipamentos 8,2% e os transportes 7,7%.

A procura de bens importados registou um aumento de 44,3%, devido sobretudo ao aumento de bens e serviços para a instalação e operacionalização dos investimentos estrangeiros consagrados no país, e o aumento de preços de combustíveis e produtos alimentares.

Segundo o relatório anual de seguimento da estratégia nacional de redução da pobreza, do Ministério do Plano e Finanças, as transacções comerciais registaram um défice na ordem de 44,3%, isto é o mesmo valor do crescimento das importações, o que comprometeu a redução de défice da balança comercial, a par com o fraco aumento das receitas das exportações. Este défice tem vindo a aumentar de forma exponencial, desde o início do novo milénio, como resultado do também aumento exponencial das importações e da fraca capacidade da produção interna. Segundo o mesmo documento, estes factos aliados à fraca diversificação da produção para exportação fazem com que a taxa de cobertura das importações pelas exportações, tenha vindo a decrescer cada vez mais, sendo que em 2008, a exportação total só foi suficiente para cobrir 5,4% do total das importações nacionais.

As despesas correntes primárias representaram 86,6% do total das despesas primárias, o que faz com que a utilização dos recursos para o desenvolvimento tenha sido apenas de 14,2%. Essa menor despesa de investimento em relação às despesas correntes significa que uma vez mais, pouco se fez para promover o crescimento e reduzir a pobreza. As despesas correntes primárias aumentaram 16% em relação ao ano precedente. O

incremento de consumo de água e energia em 99%, e das despesas com pessoal em 26% foram os principais responsáveis pelo aumento das despesas correntes primárias.

As receitas primárias têm vindo a aumentar de forma exponencial. No entanto, as despesas primárias também têm apresentado uma tendência exponencial, o que tem feito com que os défices primários ao longo dos últimos anos se tenham mantido. O aumento das receitas internas, permitiu cobrir 91% das despesas primárias domésticas.

## **VI. AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE MAURÍCIAS PARA AS DEZ ÁREAS TEMÁTICAS SELECIONADAS**

### **VI.1. Áreas Temáticas Seleccionadas para Avaliação**

Conforme a recomendação da Orientação Proposta para os Relatórios de Avaliação Nacional, foram seleccionadas as seguintes áreas temáticas no BPOA e MSI para avaliação:

- A. Mudanças Climáticas e Elevação do Nível do Mar
- B. Desastres Naturais e Ambientais
- C. Gestão de Resíduos
- D. Recursos Marinhos e Costeiros
- E. Recursos Hídricos
- F. Recursos Terrestres
- G. Recursos Energéticos
- H. Recursos Turísticos
- I. Recursos de Biodiversidade
- J. Transportes e Comunicações

### **VI.2. Diagnóstico da Situação, Acções Programadas, Progressos Alcançados, Lições Tiradas e Boas Práticas, Constrangimentos e Desafios**

#### **A. Mudanças Climáticas e Elevação do Nível do Mar**

##### **A.1. Situação**

Em S.Tomé e Príncipe a problemática do aquecimento global não tem passado despercebido, e tem constituído uma das prioridades para as autoridades ambientais nacionais.

De acordo com estudos levados a cabo ao nível nacional, o país absorve três vezes mais gases que produzem o efeito de estufa do que a quantidade emitida. A energia produzida pela queima de lenha utilizada nas cozinhas e pequenas indústrias, assim como a produção de carvão, é responsável por 80% da emissão, enquanto a queima de combustíveis fosseis contribui com 20%.



Apesar de absorver três vezes mais gases que produzem o efeito de estufa do que a quantidade emitida, o país tem vindo a conhecer os efeitos negativos das mudanças climáticas. Estas consequências estão relacionadas com a subida do nível do mar, que tem acelerado o processo erosivo de toda a zona costeira do país, destruindo as infra-estruturas localizadas ao longo das costas, ameaçando as comunidades que residem perto da costa.

Os fenómenos relacionados com mau tempo, nomeadamente, as trovoadas, tempestades, turbulências marítimas têm surgido com mais frequência e com maior intensidade, destruindo as infra-estruturas públicas localizadas ao longo das costas, assim como as frágeis habitações e materiais de trabalho dos pescadores que constituem a principal comunidade que reside no litoral.

### **Acções Programadas**

Para fazer face à situação, diversas acções foram programadas no âmbito do PNADD, e adaptadas posteriormente para a implementação da Estratégia das Maurícias, com o objectivo fundamental de conhecer melhor os sectores mais vulneráveis do país face aos câmbios climáticos verificados e minimizar os efeitos negativos sobre as componentes socioeconómicas nacionais. Neste sentido, foram programadas as seguintes acções:

- Inventário Nacional da Emissão dos Gases que produzem o efeito de estufa;
- Estudo dos sectores mais vulneráveis do país face às Mudanças Climáticas;
- Combate à erosão costeira originada pelas causas antrópicas;
- Protecção das Comunidades e infra-estruturas costeiras ameaçadas pela erosão;
- Reforço da capacidade institucional dos serviços de Meteorologia e estabelecimento de um sistema de alerta climático.

### **A.2. Progressos Alcançados**

Com o apoio da comunidade internacional, o país conseguiu implementar algumas actividades programadas, para fazer face às mudanças climáticas.

Neste sentido, e com o apoio do Fundo Mundial de Ambiente, (GEF), foi elaborado a Primeira Comunicação Nacional sobre às Mudanças Climáticas, através do qual foram feitos o inventário nacional sobre a emissão dos gases que causam o efeito de estufa no país, tendo sido identificados os sectores nacionais que mais emitem, assim como o nível das emissões;

Também com o apoio do GEF, foi elaborado o Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas, (NAPA), o que permitiu identificar os sectores mais vulneráveis ao fenómeno das mudanças climáticas, e propor um conjunto de medidas de adaptação, que permitam minimizar os efeitos negativos das mudanças climáticas nos referidos sectores.

Com vista a travar a exploração irracional de areias nas praias para a indústria de construção civil, o que tem contribuído para acelerar o fenómeno da erosão costeira, as autoridades decidiram proceder à dragagem de areias no alto mar, de modo a preservar as praias, para um melhor aproveitamento turístico, e proteger os ecossistemas costeiros.

As acções propostas no Plano Nacional de Adaptação, já deram origem à elaboração de dois projectos, sendo um ligado a Adaptação das Zonas Costeiras às Mudanças Climáticas, a ser financiado pelo GEF, através do Banco Mundial, e outro Projecto Integrado de Agricultura/Floresta/Água, a ser financiado pelo PNUD, em parceria com o Governo Japonês.

### **A.3. Lições Tiradas e Boas Práticas**

Os estudos realizados no âmbito das Mudanças Climáticas permitiram concluir que as florestas santomenses constituem a principal componente de manutenção do equilíbrio ecológico nacional, pois para além de absorver toda a quantidade de gases com efeito de estufa produzida ao nível nacional, ela absorve dois terços de gases provenientes de outras partes do mundo. No entanto, é necessário realçar que a mesma encontra-se seriamente ameaçada, devido ao fenómeno de pobreza, pois uma parte da população vê nas florestas o principal recurso para resolver os seus problemas económicos e financeiros. Apesar de o país não contribuir para o aquecimento global, tem sofrido as consequências negativas das mudanças climáticas.

As boas práticas de gestão dos inertes costeiros, através de dragagem de areias no alto mar, têm proporcionado uma certa melhoria nalgumas praias do país. As praias como a de Juventude, no nordeste de S.Tomé e a Pomba no sudeste, que estavam quase desaparecidas, voltaram a recuperar o seu equilíbrio e prontas para receber turistas.

### **A.4. Constrangimentos**

Um conjunto de acções foram propostas no Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas, NAPA, com vista a diminuir as ameaças nos diversos sectores mais vulneráveis da vida nacional, tais como o estabelecimento de um sistema de alerta climático, acções de comunicação para a mudança de comportamento, elaboração de planos estratégicos de emergência com ênfase para o sector de saúde, reforço da capacidade técnica do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, etc., mas estas acções não têm sido implementadas, devido a falta de meios financeiros, o que tem constituído um dos principais constrangimentos.

### **A.5. Desafios**

- Os principais desafios consistem em melhorar a capacidade de resposta do país às mudanças climáticas e obter apoio da comunidade internacional no sentido de

ajudar a implementar as medidas de adaptação propostas no plano nacional de adaptação, (NAPA).

- Outros desafios consistem em implementar com êxito os projectos de adaptação às mudanças climáticas que estão em preparação, isto é, o projecto integrado agricultura-floresta-água a ser implementado com o apoio financeiro do PNUD e do Governo japonês, e o Projecto de Adaptação das zonas costeiras com o apoio do GEF e do Banco Mundial.

## **B. Desastres Naturais e Ambientais**

### **B.1. Situação**

Devido à sua localização geográfica, à sua formação geológica, à sua dimensão e à condição de insularidade, o país é considerado frágil, sensível e vulnerável às possíveis catástrofes naturais e ambientais.

O aquecimento global que tem originado o fenómeno das Mudanças Climáticas, tem acelerado a vulnerabilidade do país aos fenómenos naturais, que podem pôr em perigo a vida da população e das suas infra-estruturas sociais, económicas e de desenvolvimento em geral.

A subida de nível do mar, já é uma realidade no país, e alguns fenómenos naturais, já põem em perigo as comunidades que residem nas zonas costeiras, tendo já conhecido a destruição das habitações, inundações de algumas comunidades originado pela intensa pluviosidade e pela turbulência das águas do mar, tendo sido destruídos vários materiais de trabalho dos pescadores, incluindo as suas embarcações.

O desabamento de terra ocorrido há alguns anos atrás na zona de Rebordelo, no norte da ilha de S.Tomé, onde foi soterrada uma comunidade completa, tendo perdido a vida toda a população daquela comunidade, constitui uma advertência para que medidas institucionais e estruturais possam ser criadas para vir a lidar com a situação.

As instituições nacionais não estão preparadas, nem estruturalmente, nem organizacionalmente para lidar com uma catástrofe natural de qualquer dimensão. Neste sentido torna-se urgente e prioritário organizar estas instituições e dotar o país de um plano de Emergência contra as catástrofes naturais.

### **Acções Programadas**

Algumas acções tanto de carácter institucional, como estrutural foram programadas, destacando-se as seguintes:

- Criação de um Serviço que se encarregue pela protecção civil em caso de catástrofes
- Organizar as instituições nacionais e formar um Comité Nacional para as Catástrofes Naturais.
- Formar e capacitar quadros nacionais nas áreas de prevenção contra as catástrofes naturais e nas estratégias para enfrentar situações de emergência

- Elaborar um Plano Nacional de Prevenção e de Emergência contra as catástrofes naturais e ambientais.

## **B.2. Progressos Alcançados**

Em matéria de desastres naturais e ambientais, não houve grandes avanços no país, foi criado o Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, que tem a competência de coordenar as actividades nacionais em caso de desastres naturais, mas o referido serviço carece de meios técnicos, materiais e humanos à altura.

Algumas formações com temas como “O papel da Informação em caso de Catástrofes Naturais” “Estratégia para lidar com a Poluição Acidental Marinha e Costeira por Hidrocarbonetos” foram realizadas, mas não foram suficientes para dotar o país de capacidade técnica necessária para lidar com situações de emergência.

## **B.3. Lições Tiradas e Boas Práticas**

O país ainda não criou as capacidades necessárias para lidar com situações relacionadas com os desastres naturais e ambientais. O caso de Rebordelo, acontecido no país é um exemplo, pois não se pôde salvar nenhuma vida, e nem alertar à tempo os habitantes daquela comunidade, sobre a iminência de ocorrência daquela catástrofe. Até hoje, não foi feito nenhum estudo pormenorizado do caso, para se conhecer as causas daquele acidente, de modo a que medidas de prevenção fossem tomadas. No entanto, a criação de um serviço, que tem vindo a lidar e a ser chamado em alguns pequenos casos que têm surgido, é positivo. Necessário se torna que sejam reforçadas as capacidades do mesmo.

## **B.4. Constrangimentos**

Um dos principais constrangimentos relaciona-se com a falta de recursos financeiros para investir no reforço das capacidades dos serviços que têm que lidar com os casos de desastres naturais e ambientais e na prevenção de acidentes naturais.

## **B.5. Desafios**

- Acções devem ser desenvolvidas no sentido de se estabelecer estratégias que permitam reduzir ao máximo as ameaças dos desastres naturais e ambientais, assim como a redução de perdas de vidas humanas e materiais em casos de ocorrência. Para o feito, a formação e a capacitação de quadros constituem condições indispensáveis. Alguns serviços, como o de meteorologia e ambiente, devem ser reforçados com meios que permitam investigar e alertar a população sobre as possíveis ameaças de desastres naturais e ambientais, para que os mesmos não apanhem a população de forma desprevenida.
- Os Serviços Nacionais de Protecção Civil e Bombeiros, a Polícia Nacional e as próprias Forças Armadas, devem ser preparados, capacitados com técnicas de salvação e dotados de meios materiais indispensáveis para a intervenção em casos de ocorrência de desastres naturais e ambientais.



## C. Gestão dos Resíduos

### C.1. Situação

O sector caracteriza-se pela ausência de um plano Director Nacional, a inexistência de infra-estruturas adequadas para a recolha, transporte e a deposição, deficiente capacitação dos agentes que trabalham directamente ligados ao sector assim como a fraca consciencialização e sensibilização da população em geral, em relação à matéria.

As Câmaras Distritais e o Governo Regional que têm atribuições para a gestão dos resíduos, não possuem estruturas adequadas para o efeito e dedicam-se essencialmente e de forma deficiente à limpeza e recolha de parte dos resíduos gerados pela população. As autarquias não dispõem de um quadro técnico, nem organizacional que lhes permitam dar uma resposta mais efectiva à generalidade dos problemas das cidades.

Para além dos problemas institucionais e organizacionais que dificultam a boa gestão dos resíduos sólidos urbanos no país, o fenómeno do êxodo rural também tem pesado muito sobre a degradação das condições de saneamento básico do meio no país, pois a degradação do meio rural em S.Tomé e Príncipe, que se tem assistido desde a década de 80, associado ao abandono maciço da população da zona rural para as zonas urbanas e peri-urbanas, com forte concentração na capital do país e suas periferias, sem que houvessem infra-estruturas de base para o acolhimento com vista a atender este movimento. Isto teve como consequência uma ocupação desordenada de espaço com impacto bastante negativo para o habitat social, saudável e próprio para à vida humana.



A situação dos resíduos sólidos nos seis Distritos de S.Tomé e na Região do Príncipe é caracterizada pela ausência de controlo nas descargas, isto é, os lixos são depositados em várias zonas dos Distritos e em locais inadequados, com inexistência de condicionamentos, o que permite que a população local penetre nas áreas e tenham contactos directos com os lixos. A ausência do mínimo de triagens dos materiais, com os materiais biodegradáveis e os não biodegradáveis a serem depositados juntos, fomentando a proliferação de mosquitos e outros vectores causadores de doenças, o que transforma a gestão dos resíduos sólidos actualmente em S.Tomé e Príncipe num grande problema de saúde pública.

No que respeita aos resíduos hospitalares, estes constituem a componente mais perigosa da corrente gestão dos resíduos, tanto para o ambiente como para saúde humana. Nos diferentes centros de saúde, incluindo o maior centro de saúde do país, os resíduos hospitalares perigosos são manuseados sem ter em conta o grau da sua perigosidade.

Segundo o estudo denominado “*Plan de Gestion des Dechets Biomedicaux, Rapport Preliminaire*”- do Ministério de Planificação e Finanças – Projecto PASS, concluiu-se que o mesmo pessoal que se dedica à limpeza das enfermarias dos hospitais é quem manuseia os referidos resíduos, sem nenhum tipo protecção especial. Muitos dos referidos resíduos eram descartados juntamente com os demais resíduos sólidos urbanos e enviados para as lixeiras, e queimados posteriormente. No entanto, porque as condições de incineração nas referidas lixeiras não são adequadas para este tipo de resíduos, era frequente encontrar-se seringas e restos de resíduos hospitalares espalhados pelas lixeiras, o que constituía uma grande ameaça para a saúde da população.

### **Acções Programadas**

Com vista a resolver os problemas de resíduos no país, foram programadas no PNADD e adaptadas ao MSI, algumas acções, destacando-se:

- Elaboração de um Plano Director Nacional para a gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos;
- Construção de Aterros Sanitários para o tratamento de resíduos;
- Elevar para os 100% a taxa de cobertura de recolha e de transporte dos resíduos sólidos urbanos nas zonas urbanas e peri-urbanas;
- Fomentar a separação, a reciclagem e a valorização dos resíduos;
- Construção de incineradores nos centros de saúde para a incineração dos resíduos hospitalares perigosos.

### **C.2. Progressos Alcançados**

Um dos principais progressos alcançados sobre a problemática dos resíduos sólidos urbanos no país está relacionado com o nível de consciencialização das autoridades nacionais e da sociedade civil organizada sobre o problema e os seus efeitos nocivos sobre a saúde da população e sobre o ambiente. Têm-se multiplicado no país iniciativas com vista a resolver de forma sustentável o problema dos resíduos, destacando-se a formação e capacitação dos membros das ONGs e dos agentes das Câmaras Distritais responsáveis pela remoção dos resíduos. Formações nas áreas de reciclagem e valorização dos resíduos têm sido feitas em diversas comunidades, e já existem acções concretas de transformação de lixos em estrumes para o enriquecimento dos solos.

No que respeita aos resíduos hospitalares perigosos, os centros de saúde distritais têm construído pequenas estruturas de betão, onde referidos resíduos são incinerados, evitando desta forma, que lixos perigosos continuem a ser deitados juntamente com os resíduos sólidos urbanos nas lixeiras. O maior centro hospitalar do país reabilitou a sua incineradora e os resíduos perigosos têm sido incinerados.

### **C.3. Lições Tiradas e Boas Práticas**

A campanha de sensibilização levada a cabo pelos sectores nacionais responsáveis pela gestão ambiental, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD, tem começado a dar os seus primeiros frutos. As autoridades camarárias, a sociedade civil organizada, já estão mais conscientes sobre a necessidade de uma boa gestão dos resíduos, e na importância da reciclagem dos mesmos. No entanto, estamos convencidos de que esta consciencialização ainda não chegou a

maioria da população, que continua a dificultar os trabalhos de remoção dos resíduos nos principais centros urbanos.

O processo de formação e capacitação realizado em diversas áreas relacionadas com a gestão dos resíduos permitiu concluir que uma parte importante dos resíduos produzidos no país pode ser reaproveitada, sobretudo na compostagem e sua transformação em estrumes que irão ser utilizados pelos agricultores, o que constitui uma mais-valia para os mesmos, pois irão poupar dinheiro na compra de fertilizantes para o enriquecimento dos solos.

#### **C.4. Constrangimentos**

A falta de sensibilidade da população sobre a problemática dos resíduos constitui um dos constrangimentos fundamentais para a boa gestão dos mesmos no país. O fluxo migratório interno proveniente das zonas rurais para os centros urbanos e a falta de ordenamento do território ao nível do país dificultam uma boa gestão dos resíduos.

#### **C.5. Desafios**

- Acções de informação e sensibilização da população em geral, incluindo crianças nas escolas, devem ser fomentadas. A rádio nacional, as rádios comunitárias e a televisão devem jogar um papel fundamental na sensibilização da população.
- Outros desafios fundamentais no âmbito dos resíduos sólidos urbanos consistem em melhorar as condições de saneamento do meio no país, através da melhoria de condições de recolha, transporte e destino final dos lixos. Com este desafio, espera-se promover ao nível nacional um sistema estruturado de controlo das descargas, reduzir os perigos para a saúde da população provenientes da má gestão de resíduos e promover uma melhor estética nos centros urbanos e zonas rurais do país.
- Para que se possa atingir estes desafios, algumas acções prioritárias terão que ser materializadas, tais como a construção de aterros sanitários e de outras estruturas anexas para o armazenamento e tratamento adequado dos resíduos, a instalação de estruturas de compostagem para a transformação de parte de resíduos em nutrientes que podem ser utilizados na agricultura, continuação do processo de formação do pessoal na área de gestão dos resíduos e continuação da campanha de sensibilização da população, para a gestão sustentável dos resíduos.
- No que concerne aos resíduos hospitalares, os desafios consistem, na preparação de um plano de gestão dos mesmos, de forma a que os resíduos hospitalares deixem de constituir um perigo tanto para o grupo que os manuseia, como para toda a população em geral que está exposta aos referidos resíduos tanto nos hospitais como nos centros de saúde. Estruturas mais modernas devem ser criadas para a eliminação destes resíduos de forma sustentável, assim como um quadro regulamentar para o manejo dos mesmos de forma adequada.

## **D. Recursos Costeiros e Marinheiros**

### **D.1. Situação**

Os recursos naturais existentes nas costas e nos mares são essenciais para o desenvolvimento socioeconómico de S.Tomé e Príncipe. Uma parte importante da população santomense vive dos recursos provenientes do mar, isto é das pescas, que contribuem com mais de 80% de proteína animal consumida pela população. Necessário se torna salientar que o território marítimo nacional é dezenas de vezes maior que a área terrestre. O turismo e a pesca fazem parte de duas importantes indústrias, que necessitam de uma boa gestão tanto dos mares como das costas, de modo a evitar a degradação e o esgotamento dos recursos de que os mesmos necessitam. No entanto, toda a zona costeira santomense tem conhecido uma intensa erosão, devido ao aumento do nível do mar que se tem vindo a verificar, associado à exploração de forma irracional das areias nas praias para a indústria de construção civil.

Os recursos haliêuticos nacionais também têm conhecido uma certa degradação, devido à falta de meios para a fiscalização das águas territoriais nacionais, o que tem originado a captura de forma descontrolada dos referidos recursos por parte das empresas de pescas estrangeiras.

### **Acções Programadas**

Algumas acções com vista a realizar uma melhor gestão dos recursos costeiros e marinhos e melhorar as condições de trabalho daqueles que vivem dos referidos recursos foram programadas, destacando-se:

- Melhoria das condições de trabalho para os pescadores artesanais, pois são os mesmos que abastecem o mercado nacional ao nível do pescado;
- Melhoria de técnicas para a conservação do pescado;
- Melhoria das infra-estruturas para o stock e distribuição da produção das pescas;
- Reforço da capacidade institucional do sector responsável pela pesca;
- Reforço da capacidade de fiscalização da Zona Económica Exclusiva.

### **D.2. Progressos Alcançados**

Com vista a proteger as praias, que são essenciais para o desenvolvimento do turismo nacional, o país iniciou o processo de dragagem de areias no alto mar, de modo a evitar a exploração irracional das areias nas praias.

Foram melhoradas as condições de pescas de pescadores artesanais com a introdução de pequenas embarcações construídas com fibras de vidro, ofertadas pelo Governo Japonês. Foram introduzidas novas técnicas de construção de pirogas com materiais alternativos às madeiras, financiados pela FIDA e AFD e com a participação das ONGs nacionais.

Com a ajuda da cooperação internacional, foi instalado no país um sistema de radar, capaz de detectar os barcos estranhos que circulam na sua zona económica exclusiva, o que poderá vir a contribuir no futuro para a fiscalização das actividades pesqueiras nas águas nacionais.

Foram elaboradas, aprovadas e publicadas a lei da Pesca e dos Recursos Haliêuticos e a lei sobre os Inertes, que irão ajudar a proteger tanto os recursos naturais marinhos como costeiros nacionais.

Para melhor capacitar os quadros nacionais na área de poluição marinha e costeira, foram realizados seminários de capacitação técnica nas áreas de poluição marinha e costeira pelos hidrocarbonetos assim como técnicas para lidar com derrames acidentais de petróleo nos mares e nas costas.

### **D.3. Lições Tiradas e Boas Práticas**

A introdução de novas técnicas de construção de pirogas com materiais alternativos à madeira tem contribuído para proteger as florestas nacionais, pois tem diminuído o corte de árvores que se destinavam à construção de pirogas para os pescadores artesanais.

Apesar de estar instalada o sistema de radar para o seguimento de movimentação dos barcos na ZEE do país, o sistema de fiscalização e controlo de barcos piratas ainda não é feito, o que continua a dar origem à degradação dos recursos haliêuticos nacionais.

### **D.4. Constrangimentos**

As pescas fornecem à maioria da população santomense quase toda a proteína animal que consomem. No entanto, nem toda a população tem acesso rápido ao mercado de peixes. Os stocks e a distribuição dos produtos de pesca ainda não conheceram um desenvolvimento importante em matéria de frio e de transportes frigoríficos. As estruturas de frio para a conservação de pescado não funcionam de forma adequada. A reabilitação das mesmas ainda não foi possível, o que tem dificultado o acesso da população que reside no interior do país aos peixes frescos. A falta constante de energia eléctrica também tem contribuído para aumentar os constrangimentos relacionados com a conservação e distribuição dos recursos pesqueiros, que tanta falta faz a população.

### **D.5. Desafios**

- Tendo em conta as dificuldades apresentadas com estruturas de frios para a conservação do pescado, as autoridades nacionais decidiram buscar outros mecanismos para a conservação deste importante recurso para a população santomense. O desafio consiste na busca de outras técnicas de conservação. Neste sentido e com o apoio da comunidade internacional e das ONGs nacionais, têm-se proporcionado formações e capacitação das peixeiras nas áreas de conservação de pescado através de salgas e fumagem. Os resultados já estão a ser bastante promissores.
- Outros desafios consistem em dotar o país de meios para o controlo e a fiscalização das suas águas territoriais, fortalecer a capacidade institucional na área de negociações de acordos de pescas com parceiros internacionais, promover programas nacionais para a conservação e gestão dos recursos costeiros e marinhos, incluindo a conservação dos recifes coralinos nacionais.

## **E. Recursos Hídricos**

### **E.1. Situação**

O acesso à água, de acordo com o segundo relatório de seguimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, é bastante elevado, cerca de 96,8% da população tem acesso à água e 88,7% acesso à água canalizada. No entanto, o acesso à água potável é bastante baixo. Apenas 38% da população tem acesso à água potável.

Conforme se pode verificar, apesar de haver uma grande potencialidade em recursos hídricos no país, apenas uma pequena parte da população tem acesso à água potável. Nem todos os sistemas de abastecimento de água à população possuem estações de tratamento e as áreas de captação, assim como as fontes naturais onde muita gente se abastece, não estão protegidas, dificultando desta forma o acesso à água potável.

Considerando as causas apontadas, os efeitos são diversos. As doenças de origem hídrica são apontadas como uma das principais causas de morte, sobretudo nas crianças.

### **Acções Programadas**

Algumas acções foram programadas para resolver a situação, destacando-se:

- Programas de abastecimento de população com água potável em todas as localidades do país;
- Construção de estações de tratamento de água em todos os sistemas que abastecem a população;
- Criação de perímetros de protecção nas zonas de captação e das diferentes nascentes que servem de abastecimento à população;
- Elaboração do Plano Director da Água;
- Campanhas de sensibilização da população sobre a importância da gestão criteriosa das águas.

### **E.2. Progressos Alcançados**

As actividades fundamentais levadas a cabo neste sector tiveram como objectivo reforçar a capacidade institucional dos sectores responsáveis pela gestão das águas. Neste âmbito e com o intuito de proceder à melhoria no acesso à água e saneamento das populações, as autoridades com o financiamento da União Europeia, deram início ao Projecto de Estratégia, Coordenação e Programação do sector das Águas e Saneamento em S.Tomé e Príncipe. Este projecto contempla as seguintes actividades:

- Sensibilização da população para boas práticas de higiene e gestão dos recursos hídricos;
- Elaboração do Plano Director da Água e Saneamento;
- Reforço das capacidades dos Recursos Humanos.

### **E.3. Lições Tiradas e Boas Práticas**

Apesar da disponibilidade de água constituir uma preocupação a nível mundial, devido à escassez da mesma, em S.Tomé e Príncipe não há em geral falta de água. Os recursos médios anuais existentes são muito superiores à procura. No entanto, a preocupação para o futuro consiste na variação a longo prazo dos padrões de pluviosidade, devido às variações do clima, que podem vir a originar um certo declínio da quantidade

disponível, e uma maior procura sobretudo para irrigação. Apesar de existir de momento água em quantidade, a sua qualidade não é a melhor, pelo que necessário se torna tratar as águas utilizadas para o consumo da população.

#### **E.4. Constrangimentos e Desafios**

Um dos principais constrangimentos relaciona-se com a falta de meios financeiros para implementar projectos de grande envergadura para levar a água em quantidade e com qualidade para toda a população.

#### **E.5. Desafios**

- Melhorar o processo de avaliação, planificação e gestão integrada da água;
- Levar a água em quantidade e qualidade para toda a população;
- Criar estações de tratamento em todos os sistemas e fontes naturais de abastecimento da população;
- Sensibilizar a população sobre a necessidade de uma melhor gestão das águas.

### **F. Recursos Terrestres**

#### **F.1. Situação**

De acordo com o relatório denominado “*Programme de Développement des Cultures Vivrières*” elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, a extensão territorial de S.Tomé e Príncipe é de apenas cem mil hectares de terra cuja metade é inabitável. A outra metade está ocupada por culturas industriais, nomeadamente cacau, café, palmeiras, coqueiros, em que 50% se destina às culturas de subsistência.

O processo de distribuição de terras para os agricultores, levado a cabo com o apoio do Banco Mundial, contribuiu de forma significativa para a degradação da terra, tendo aumentado o abate ilegal de árvores e originando desta forma o aumento da desflorestação e a deterioração de toda a biodiversidade, e o aumento da erosão.

Apesar da pouca extensão territorial do país e da forte densidade populacional, a ocupação de espaço para urbanização não tem sido feita de forma criteriosa, pondo em perigo o futuro das gerações futuras no que concerne ao espaço necessário para o seu desenvolvimento.

Para proteger os ecossistemas frágeis nacionais foi decretado como área dos Parques Naturais 30% do território. Esta área ocupa toda a floresta primária do país e a transformação da mesma em Parque Natural tem como principal objectivo a preservação, conservação e defesa dos ecossistemas florestais nacionais, a salvaguarda das espécies animais e vegetais e dos habitats ameaçados, assim como a promoção do uso ordenado do território e dos seus recursos naturais de forma a garantir a continuidade do processo evolutivo.

#### **Acções Programadas**

Para fazer face à situação de degradação da terra e da ocupação desordenada do espaço foi proposto dotar o país da Carta de política agrícola e de desenvolvimento rural, e

elaborar o plano de ordenamento do território com vista a melhor ordenar o espaço e fazer a distribuição de terras de forma mais harmoniosa e em acordo com os investimentos propostos. Também foi proposto elaborar os Planos de Gestão e de Manejo dos parques naturais com vista a uma gestão mais sustentável dos mesmos.

## **F.2. Progressos Alcançados**

Alguns progressos foram alcançados na implementação de acções programadas. Foi elaborada a Carta de política agrícola e de desenvolvimento rural. No domínio de terras distribuídas para os agricultores foram criadas equipas técnicas de fiscalização com vista a verificar a forma de ocupação de terras e proceder ao controlo das mesmas. Com o apoio da União Europeia foram elaborados os Planos de Gestão e de Manejo dos Parques, e foi criado o Jardim Botânico Nacional, de modo a proteger *ex situ* a flora ameaçada dos parques.

## **F.3. Lições Tiradas e Boas Práticas**

Tendo em conta a exiguidade do território nacional e a necessidade de espaço para o desenvolvimento socioeconómico das gerações actuais, sem esquecer a das futuras gerações, a gestão sustentável da terra deve desta forma constituir uma das maiores prioridades para as autoridades nacionais.

O processo de elaboração dos planos de gestão e de manejo para os parques naturais de S.Tomé e de Príncipe foram feitos com base numa metodologia participativa, em que todas as comunidades ribeirinhas ao parque tomaram parte de forma activa, e foram propostos mecanismos de integração destas comunidades na futura gestão dos parques. A integração das comunidades vizinhas na gestão dos parques irá contribuir de forma significativa para a protecção dos ecossistemas frágeis existentes dentro dos parques e irá contribuir também para a melhoria das condições socioeconómicas dos membros das referidas comunidades.

## **F.4. Constrangimentos**

Um dos principais constrangimentos para a boa gestão de terras consiste na falta de um Plano de Ordenamento do território para o país. Apesar de constituir uma prioridade e de ter sido programado como plano de acção, não foi possível a sua elaboração devido à falta de meios financeiros.

Um outro constrangimento consiste na falta de implementação da Carta de política agrícola e de desenvolvimento rural, pois apesar de ter sido elaborada ainda não foi possível a implementação das acções nela programadas.

## **F.5. Desafios**

- Os desafios consistem na busca de meios para dotar o país de um plano de ordenamento do território, e na implementação da Carta de política agrícola;
- As acções previstas nos planos de gestão e de manejo dos Parques Naturais devem ser implementadas, com vista a proteger os ecossistemas frágeis existentes na área, assim como toda a cobertura florestal existente e a sua riqueza em biodiversidade.



## G. Recursos Energéticos

### G.1. Situação

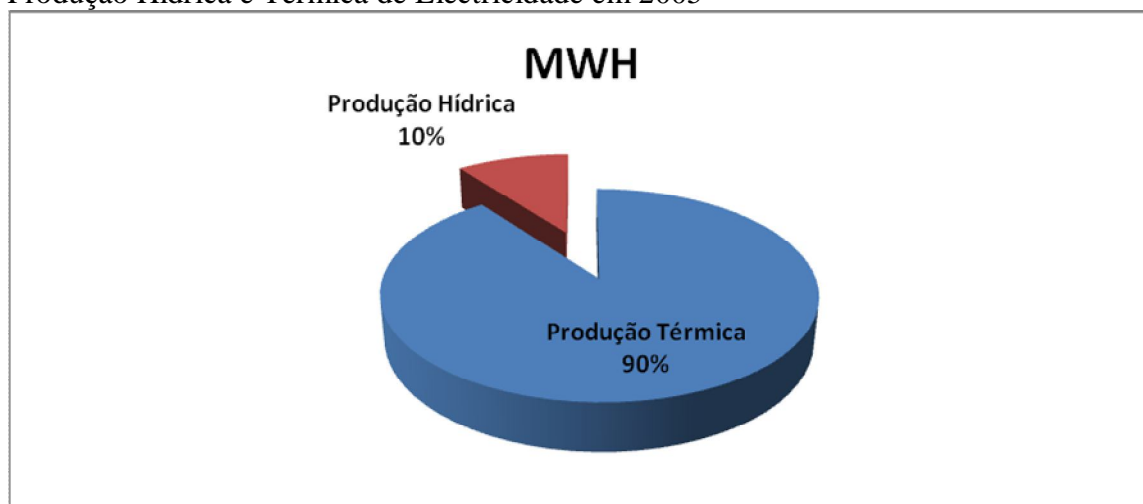
De acordo com os estudos realizados no âmbito da Comunicação Nacional sobre as Mudanças Climáticas, o consumo de energia em S.Tomé e Príncipe atingiu 35064,1 TEP. O consumo de gasóleo para produção de energia representou no ano 2005, 38,3% do consumo total. A lenha continua a ser uma das fontes de energia mais importante do país com cerca de 32,6%. A energia eléctrica proveniente de centrais hidroeléctricas, única fonte de energia renovável do País, representa apenas 1% do consumo nacional de energia, o que mostra o fraco nível de desenvolvimento nesse sector. O gás, destinado exclusivamente para o consumo doméstico, representa apenas 0,01%.

Produção de Electricidade em S.Tomé e Príncipe

Produção de Electricidade	Anos					
	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Produção Térmica (Mwh)	19282	21632	25441	26950	31077	37206
Produção Hídrica (Mwh)	6768	4835	6063	7892	6173	4248

A produção de electricidade em São Tomé e Príncipe, nos últimos anos, tem sido à base de combustíveis fósseis, isto é, o gasóleo. A electricidade de origem hídrica, em 2005, foi de apenas 10%, tendo atingido o seu pico em 2003 com 7892 MWh. A produção hídrica tem diminuído nos últimos cinco anos e, em 2005, o valor foi o mais baixo, isto é, 4248 MWh. Por outro lado, a produção térmica atingiu o seu máximo, ou seja 37.206 MWh. Em 2004 e 2005 a produção hídrica baixou, devido aos trabalhos de manutenção electromecânica, com paragens prolongadas da Central Hidroeléctrica de Contador, a principal do país.

Produção Hídrica e Térmica de Electricidade em 2005



Enquanto isso, a lenha e carvão continuam a ser as principais fontes de energia. A lenha e carvão destinam-se ao consumo doméstico para a confecção de alimentos e algumas pequenas indústrias (panificação, restauração, etc.). De acordo com os dados da Direcção de Estatísticas, em 2005 foram consumidos 53 769 Kt de lenha, sendo

que parte dessa lenha, isto é 16,452 Kt, foi destinada ao fabrico de carvão. O consumo de carvão foi de 4,432 Kt.

### **Acções Programadas**

O Programa de Acções prioritário do Governo estabeleceu como prioridade para a área de energia, o melhoramento da capacidade de oferta, a diversificação das fontes de energia eléctrica e o melhoramento das linhas de média tensão.

### **G.2. Acções Concretas e Progressos Alcançados**

A acção no sentido da instalação de uma potência adicional para melhorar a oferta de energia à população, de modo a relançar a actividade económica, permitiu aumentar a potência energética em 2000 kW e fazer a manutenção do grupo dos geradores. Nesta matéria, pode considerar-se que não houve progressos. Apesar de algum esforço realizado, a oferta de energia à população assim como as actividades de manutenção dos grupos de geradores continuam a ser muito deficientes.

### **G.3. Lições Tiradas e Boas Práticas**

A dependência quase total da importação de combustíveis fósseis para satisfazer as necessidades energéticas causa grandes desequilíbrios com impacto no comércio devido ao constante aumento de preços da energia. Como consequência, aumenta o consumo de lenha para a confecção de alimentos, fundamentalmente nas zonas rurais, o que tem provocado um alto nível de desflorestação. Existe um grande potencial hídrico que deve ser explorado para a produção de energia, pois é a única forma de diminuir o preço da energia à população e deixar de estar dependente das flutuações de preços de combustíveis no mercado internacional para a produção de energias.



### **G.4. Constrangimentos**

Os constrangimentos estão relacionados com o alto custo de produção de energias térmicas, devido ao aumento constante de preços dos combustíveis no mercado internacional, dando como resultado o deficiente fornecimento de energia eléctrica à população em geral e às empresas em particular tanto em quantidade como em qualidade.

## **G.5. Desafios**

- Os desafios consistem em diversificar as fontes de energia voltando-se essencialmente para as fontes renováveis, em especial, para as hídricas, pois são aquelas em que o país possui uma maior potencialidade.

## **H. Recursos Turísticos**

### **H.1. Situação**

O Turismo é considerado um sector estratégico para o desenvolvimento económico e social do país. A sua transversalidade faz dele um sector importante na criação de postos de trabalho com reflexo na redução da pobreza.

### **Acções Programadas**

Algumas acções com vista e desenvolver um turismo de carácter sustentável foram programadas, tais como, a actualização do Plano Director do Turismo, reabilitação de algumas infra-estruturas de carácter turístico, formação e capacitação de quadros.

### **H.2. Acções Concretas e Progressos Alcançados**

Em cooperação com o PNUD deu-se início aos trabalhos de criação do Museu de Café numa das empresas agrícolas vocacionadas para a produção de café. Iniciou-se o processo de actualização do Plano Director do Turismo, com o apoio da cooperação espanhola, e procedeu-se à formação de quadros na área de ecoturismo.

### **H.3. Lições Tiradas e Boas Práticas**

Existe um grande potencial natural, edifícios de arquitectura colonial espalhados por diversas empresas agrícolas em estado de degradação acelerado, que devem ser aproveitados para o desenvolvimento do turismo. Tendo em conta a fragilidade e a sensibilidade dos diversos ecossistemas que possuem um grande potencial para o desenvolvimento do turismo, em especial na sua vertente ecoturística, necessário se torna estabelecer programas de avaliação ambiental com vista a determinar a capacidade de recepção de turistas, fomentar iniciativas de base comunitária e mobilizar recursos suficientes com o objectivo de contribuir para o desenvolvimento de um turismo sustentável.



#### **H.4. Constrangimentos**

Os principais constrangimentos identificados, relacionam-se com a falta de estudos de viabilidade económica e financeira para a implementação de um Hotel escola, fraco investimento no sector do turismo, a ausência de um Plano Nacional de Ordenamento do Território, e os custos da insularidade, que fazem com que haja poucas ofertas no domínio de transportes aéreos, e o elevado custo dos bilhetes das companhias instaladas no país, assim como o fraco conhecimento internacional dos potenciais turísticos nacionais.

#### **H.5. Desafios**

- Os desafios consistem na procura de parceiros com vista a recuperar e valorizar o património arquitectónico das antigas casas das roças;
- Atrair mais companhias aéreas para o país, no sentido de proporcionar uma concorrência positiva e diminuir os custos de bilhetes de avião para o país;
- Fomentar a publicidade dos potenciais turísticos nacionais em feiras e nos principais mercados turísticos internacionais.

### **I. Recursos de Biodiversidade**

#### **I.1. Situação**

O país possui uma flora e fauna bastante rica e ocupa um lugar de destaque ao nível da sub-região, no que concerne ao número de espécies de fauna e flora endémicas, pelo que esforços devem ser feitos para a protecção das mesmas. Se comparar estas duas ilhas com os países da Região da África Central, onde existem também um grande número de espécies endémicas, verifica-se que, apesar da pouca extensão territorial das ilhas, e menor número de espécies, as mesmas ocupam um lugar de destaque no que concerne as espécies endémicas.

Apesar da importância da biodiversidade para o desenvolvimento socioeconómico do país e dos esforços das autoridades nacionais para preservar esta componente natural, os resultados não têm sido animadores. Embora quase 60% da área terrestre do país conter uma floresta relativamente densa, a extracção não duradoura de madeira para combustível e para a construção de habitações, assim como a usurpação das mesmas pelos pequenos proprietários para abertura de terras para horticulturas, constituem potenciais ameaças para as florestas. O desbravamento das terras florestais, resultará a curto prazo, numa perda da diversidade de espécies e de habitats, na erosão dos solos e, a longo prazo, levará a uma mutação dos ecossistemas e do clima.



## **I.2. Acções Concretas e Progressos Alcançados**

Tomando em consideração os problemas acima referidos, assim como a importância da biodiversidade para o desenvolvimento de S.Tomé e Príncipe, as autoridades santomenses decidiram decretar 30% do território nacional como área para a conservação e preservação dos recursos naturais nele existente.

Os Parques Naturais que abarcam todas as áreas de florestas primárias de S.Tomé e Príncipe, assim como outras áreas consideradas de ecossistemas muito frágeis, têm como objectivo fundamental preservar, conservar e defender os ecossistemas florestais lá existentes assim como salvaguardar as espécies animais, vegetais e habitats ameaçados.

Algumas acções de carácter regulamentar, foram preparadas e aprovadas pelas autoridades nacionais, o que irá contribuir para reforçar a estratégia nacional para a protecção da biodiversidade. A Lei sobre a Conservação da Fauna, Flora e Áreas Protegidas visa a conservação dos ecossistemas ao nível da fauna, da flora e das áreas protegidas, enquanto património nacional e da humanidade: a Lei 3/91 estabelece o regime de Propriedade Fundiária e o regime de distribuição e utilização de terras; a Lei das Pescas e Ambiente Aquático institui mecanismos susceptíveis de assegurar a gestão racional dos recursos haliêuticos marinhos; a Lei Florestal assegura o ordenamento florestal; o Decreto-lei sobre os Parques Nacionais Obô de S.Tomé e Obô de Príncipe estatui áreas de preservação permanente; o Decreto-lei sobre a Conservação de Tartarugas Marinhas e o Regulamento sobre a Caça estão em vias de serem aprovados. Estes diplomas constituem as bases legais para sustentar a política de protecção da biodiversidade santomense.

A Estratégia Nacional e Plano de Acção para a Conservação da Biodiversidade, elaborado com a cooperação financeira do Fundo para o Ambiente Mundial (GEF), irá permitir melhorar a conservação da Diversidade Biológica Nacional e a utilização sustentável dos recursos biológicos, assim como apoiar as recomendações contidas na Convenção sobre a Biodiversidade.

## **I.3. Lições Tiradas e Boas Práticas**

Conscientes da importância da biodiversidade para o desenvolvimento socioeconómico nacional, e conscientes também das ameaças que pairam sobre esta componente natural, algumas acções viradas para a conservação e utilização sustentável da biodiversidade têm sido tomadas.

Como Parte signatária da Convenção sobre a Diversidade Biológica, o país elaborou e adoptou estratégias, planos e programas nacionais para a conservação e utilização sustentável da diversidade biológica, inclusive dentro das suas políticas sectoriais e intersectoriais. Esta Estratégia Nacional e o Plano de Acção irão facilitar a protecção e conservação da Diversidade Biológica. Esta Estratégia constitui o eixo balizador das medidas que permitirão uma distribuição justa e equitativa dos benefícios dos recursos biológicos e genéticos, incluindo a biotecnologia, e possibilitará uma ampla cooperação internacional, regional e sub-regional que fomente o intercâmbio científico e económico no domínio da biodiversidade e da sua função nos ecossistemas. A elaboração da Estratégia Nacional contou com a participação de vários sectores da sociedade civil e promoveu estudos para se conhecer o estado da biodiversidade de São Tomé e Príncipe.

Os estudos elaborados abrangeram os ecossistemas de águas interiores, florestais, marinhas e costeiras, os sectores agrícolas, pecuários e silvicultura.

Atendendo às ameaças verificadas nos diversos ecossistemas naturais concluiu-se que se deveria promover acções de conservação *ex situ*. Neste sentido, foi criado um Jardim Botânico com diversas espécies ameaçadas, assim como um Herbário, onde se realizam investigações científicas sobre a flora santomense. Espera-se que estas Instituições sejam divulgadoras de informação e de conhecimentos sobre a riqueza da flora do país.

#### **I.4. Constrangimentos e Desafios**

Os constrangimentos estão relacionados com a falta de meios financeiros necessários para implementar diversas acções propostas na Estratégia Nacional sobre a Biodiversidade.

#### **I.5. Desafios**

Os desafios consistem na promoção de campanhas de sensibilização e de educação ambiental junto das comunidades rurais e dos agricultores, de modo a consciencializá-los sobre a importância da biodiversidade para o futuro destas comunidades em particular e do país em geral, e promoverem uma gestão mais sustentável dos recursos da biodiversidade existente nas suas parcelas de terra. A protecção da biodiversidade constitui um dos principais desafios das autoridades nacionais no domínio da protecção do ambiente.

### **J. Transportes e Comunicação**

#### **J.1. Situação**

Os transportes e comunicações constituem sectores indispensáveis para o desenvolvimento socioeconómico dos países insulares em geral e em particular para S.Tomé e Príncipe, já que são os únicos meios que permitem unir o país ao mundo exterior. No entanto, devido à insularidade do país e à distância que o separa do mundo exterior, e à dimensão do seu próprio mercado, fazem com que existam poucas opções para sistemas de transportes a serem seleccionadas, originando custos de transporte e de comunicações bastante elevados. Tanto os transportes aéreos para a ligação rápida das populações com o exterior como os transportes marítimos de mercadorias são extremamente caros, contribuindo desta forma para encarecer os custos de vida da população e influenciar de forma negativa as suas condições socioeconómicas.

O monopólio que se tem verificado na área das telecomunicações, nomeadamente nos serviços de telefone fixos, telemóveis e internet, sem a concorrência de nenhuma outra empresa, origina altos custos e a falta de opções para outras escolhas por parte da população.

No que respeita aos transportes internos terrestres, os serviços são prestados por táxis e escassos transportes públicos que asseguram a ligação inter-distrital e inter-localidades. O estado das vias de comunicação é mau, devido à falta de manutenção constante das estradas existentes. As ligações inter-ilhas é assegurada por avião, que pelo seu alto custo de bilhete obriga muitas pessoas a optarem pela viagem de barco, que é feita em



pequenas embarcações sem nenhuma segurança, tendo originado já muitas perdas de vidas humanas.

### **Acções programadas**

Algumas acções foram programadas, tais como: a criação de mais companhias aéreas que permitam fazer ligações com diversas partes do mundo de forma a reduzir o preço dos bilhetes; a aquisição de barcos mais seguros de passageiros e cargas que permitam uma ligação mais segura para a ilha do Príncipe; a reorganização dos transportes terrestres e reabilitação das estradas; o lançamento de um programa de obras públicas importantes que abarcam os sectores das telecomunicações, estradas, portos e aeroportos; a redução dos custos de tarifas e de exploração, com vista ao melhoramento da qualidade dos serviços prestados às empresas e a população, como condição essencial para modernizar o sector de telecomunicações.



### **J.2. Acções Concretas e Progressos Alcançados**

No que respeita aos transportes aéreos, as autoridades nacionais criaram uma empresa nacional, em conjunto com outra empresa, aumentando desta forma as ofertas já existentes para o exterior, fundamentalmente para a Europa, o que permitiu de certa forma estabilizar o preço dos bilhetes, mesmo na época de maior procura. Para a ligação inter-ilhas foi adquirido um barco de maior capacidade e segurança, o que permite realizar a viagem com maior conforto e segurança.

No que respeita as telecomunicações, o governo assinou com a Companhia Santomense de Telecomunicações, um acordo de compromisso visando a ligação do país com o Gabão por intermédio do cabo submarino, o que irá abrir caminho para acelerar a entrada de mais operadores no sector e por conseguinte, trazer uma eficaz liberalização do mesmo. Ainda no sector das telecomunicações, os serviços de telefone móvel e internet conheceram no ano de 2008 um aumento substancial em relação aos anos anteriores, enquanto o telefone fixo se estagnou.

### **J.3. Lições Tiradas e Boas Práticas**

Os transportes e comunicações são os dois sectores que podem ajudar a resolver de forma positiva o problema da insularidade do país. O aumento do número de companhias que fornecem serviços tanto de transportes aéreos como marítimo, originaram a concorrência e permitiram uma melhor prestação de serviço à população,

assim como uma estabilização de preços. Algumas acções implementadas na área de telecomunicações permitiram ao país cumprir a meta 8 do 8º Objectivo de Desenvolvimento do Milénio, que refere “Em colaboração com o sector privado, disponibilizar os benefícios das novas tecnologias, especialmente as Tecnologias de Informação e Comunicação”

#### **J.4. Constrangimentos**

A frequência tanto dos transportes aéreos como marítimos ainda não é suficiente para resolver de forma eficaz a problemática da insularidade do país. Os custos dos referidos transportes ainda continuam altos, reflectindo-se de forma negativa na situação socioeconómica da população, já que são visíveis nos preços das deslocações para o exterior como no valor das mercadorias importadas.

#### **J.5. Desafios**

- Os desafios consistem em melhorar a situação do mercado, de forma a atrair mais empresas especializadas nas áreas de transportes e liberalizar o mercado das telecomunicações, de modo a permitir a entrada de mais empresas e uma melhor prestação dos serviços.

### **VII. Medidas de Políticas para abordar a Crise Financeira Internacional**

Tendo sido analisada a situação de cada uma das componentes da Estratégia de Maurícias, as acções programadas, os progressos alcançados, os constrangimentos e os desafios, e tendo verificado que alguns constrangimentos têm a ver com a conjuntura internacional, já que São Tomé e Príncipe, como país em vias de desenvolvimento, depende de ajudas internacionais para implementar a maioria das acções programadas no âmbito da Estratégia das Maurícias. Necessário se torna analisar como a crise financeira internacional pode influenciar no cumprimento dos desafios propostos, e as medidas propostas para lidar com a situação.

Segundo o Relatório Anual de seguimento de Implementação da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza para o ano 2008, a crise financeira que se tem feito sentir nos mercados financeiros internacionais ainda não tiveram um grande impacto na economia nacional pelo que os seus efeitos adversos ainda são limitados.

No entanto, a crise financeira internacional poderá vir a aumentar os riscos de redução do investimento directo estrangeiro, uma vez que as condições de crédito para o financiamento do investimento poderão ser mais apertadas. Basta dizer que 84,6% do valor do Orçamento de Estado para o ano financeiro de 2009 são financiamentos externos, dos quais 56,6% são donativos e poderão apresentar riscos de efectivação, uma vez que em alguns casos poderão não haver desembolsos.

A crise financeira poderá afectar também o próprio crédito, já que os tempos de crise introduzem incertezas na economia, o que poderá fazer com que os parceiros de desenvolvimento introduzam um prémio de risco maior nas taxas de juro de longo prazo, fazendo assim com que os créditos deixem de ser concessionais.



Tratando-se de um país onde grande parte da sua procura interna é satisfeita por bens importados, o risco de aumento de preços de matérias-primas em geral e dos géneros alimentícios poderão dificultar as metas de crescimento económico para a redução da pobreza. A não concretização dos financiamentos externos e a limitação dos donativos para a implementação das acções programadas no Orçamento Geral de Estado poderão comprometer a implementação da Estratégia de Maurícias, assim como de todo um conjunto de programas virados para a redução da pobreza e para a promoção do desenvolvimento sustentado.

### **Desafios para Lidar com a Situação**

Um dos principais desafios para o país, consiste na estabilização macroeconómica, que ganha ainda mais ênfase quando um dos objectivos da política económica nos próximos anos é o de alterar o regime de câmbios, através do acordo cambial com Portugal para a indexação da moeda nacional Dobra ao Euro.

Os riscos internos vêm do lado da reforma tributária, na medida em que a redução do IRC e a passagem do IRS para um imposto progressivo poderão não produzir os efeitos desejados. Necessário se torna ter em conta que a redução do IRC para 25%, poderá a curto prazo diminuir o nível das receitas domésticas, se medidas para o reforço da administração tributária não forem implementadas e se não houver um aumento da base tributária.

A consolidação das finanças públicas através da implementação das reformas deverão continuar e agora com maior ênfase para fazer face à crise financeira, reduzir o défice fiscal primário e criar as bases que suportem a mudança para o regime de câmbios fixos com euro. Por outro lado, como se espera que o défice primário venha a diminuir, a melhor afectação dos recursos públicos deverá ser feita no sentido de se priorizar as despesas de investimento que realmente têm efeitos no crescimento da economia e na redução da pobreza. Estas despesas de investimento foram priorizados pelo governo, destacando-se as infra-estruturas, água, energia e as despesas de coesão social.

### **VIII. Conclusão**

Passados cinco anos da reunião de Maurícias, pode concluir-se que apesar das dificuldades financeiras S.Tomé e Príncipe conseguiu obter alguns êxitos na protecção do ambiente, como resultado da Estratégia das Maurícias e de implementação do Plano Nacional de Ambiente para o Desenvolvimento Durável.

Foram elaborados vários estudos e dotado o país de várias estratégias em diversos sectores chave ligados ao ambiente, entre os quais se destacam: a Estratégia e o Plano de Acção sobre a Biodiversidade, a Estratégia e o Plano de Acção sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, a Estratégia e o Plano de Acção sobre a Biossegurança, o Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas, e está em curso o processo de implementação com êxito do Programa sobre as Substâncias que Empobrecem a Camada de Ozono.

Um conjunto de leis e regulamentos no domínio do ambiente e desenvolvimento foram elaborados em cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Ambiente, PNUA, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD, e os Países

Baixos, e vários outros projectos estão em curso, destacando-se o projecto de protecção dos solos ligados à Convenção sobre a Desertificação.

Apesar destas acções, o país está consciente de que ainda falta muito por fazer e das dificuldades cada vez maiores em obter os meios financeiros necessários para implementar todas as acções programadas. Espera-se que os parceiros de cooperação, tanto bilaterais como multilaterais, que deram a sua contribuição para dotar S.Tomé e Príncipe das estratégias acima referidas, continuem a colaborar, no sentido de se implementar as acções prioritárias nelas propostas, para que o processo de desenvolvimento socioeconómico que se preconiza para o país possa ser feito, em estreita harmonia com a protecção do ambiente.

## **IX. Recomendações**

- Tendo em conta a contribuição que as florestas santomenses têm dado no processo de absorção de gases com efeito de estufa provenientes de outras partes do mundo, a comunidade internacional deve continuar a ajudar o país na protecção das suas florestas e na busca de alternativas para a população que tem visto nos recursos florestais a sua principal forma de ganhar a vida.
- Os parceiros de cooperação bilateral e multilateral deverão continuar a apoiar o país a implementar as acções prioritárias definidas nas diversas estratégias já elaboradas, de modo a cumprir o ciclo completo das actividades de protecção e conservação ambiental nacional.
- Tendo em conta que o Plano Nacional de Ambiente para o Desenvolvimento Durável PNADD já tem dez anos de existência, e atendendo ao carácter multissectorial e multidisciplinar do mesmo, esforços devem ser feitos no sentido de actualizar o mesmo, com o objectivo de o adaptar às realidades actuais.

## **Bibliografia**

- Relatório Anual de Seguimento da Implementação da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (2008) – Ministério de Plano e Finanças
- Report of the International Meeting to Review the Implementation of the Programme of Action for the Sustainable Development of Small Island Developing States – Port Louis, Mauritius, 10-14 January 2005 – United Nation
- Plano Nacional de Ambiente para o Desenvolvimento Durável PNADD, 1999 – Ministério dos recursos Naturais e Ambiente